

AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE FÍSICA DO CENTRO DE ¹ENGENHARIAS DA UFERSA: *Uma análise normativa e perceptiva,*

Mariane de Freitas Albuquerque, Blake Charles Diniz Marques

Resumo: A acessibilidade física em ambientes universitários é condição essencial para a promoção da inclusão e da equidade no ensino superior. Sendo assim, este trabalho teve como objetivo avaliar o nível de acessibilidade física de uma edificação de uso coletivo localizada no campus sede da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), composto por salas de professores, laboratórios, auditórios e setores administrativos, distribuídos em quatro pavimentos. A metodologia adotada combina uma auditoria técnica baseada na norma brasileira 9050:2020, com a aplicação de um questionário eletrônico gerado na ferramenta do Google Formulários, voltado aos usuários do prédio (docentes, discentes e técnicos administrativos), abordando suas percepções quanto às barreiras encontradas no espaço. A partir da tabulação dos dados coletados, foi elaborado um índice de acessibilidade composto por dois eixos: o índice técnico (conformidade normativa) e o índice perceptivo (experiência dos usuários), permitindo uma análise integrada do ambiente. Os resultados revelaram a presença de múltiplas não conformidades, especialmente em elementos de circulação vertical, banheiros e sinalização tátil, comprometendo a plena acessibilidade. O Índice de Acessibilidade Global (IAG) calculado, com valor próximo de 69%, aponta para um nível de acessibilidade moderada, evidenciando que, embora existam várias não conformidades, o conjunto das infraestruturas não foi o pior nível de acessibilidade. A pesquisa demonstrou ainda a importância de instrumentos avaliativos que associem critérios objetivos e subjetivos, contribuindo para a construção de diagnósticos mais completos e subsidiando propostas de adequação física em consonância com as diretrizes legais e os princípios do desenho universal.

Palavras-chave: Edifícios Públicos; NBR 9050; Inclusão

1. INTRODUÇÃO

No contexto das instituições públicas de ensino superior, a garantia de acessibilidade física extrapola a conformidade normativa: trata-se de assegurar a equidade no acesso à educação, à participação acadêmica e ao exercício pleno da cidadania.

No Brasil, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e o Decreto nº 10.098/2000 [3,4] estabelecem diretrizes para a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, comunicacionais e atitudinais. Especificamente no âmbito técnico, a Norma Brasileira (NBR), da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR 9050:2020 [1] constitui o principal instrumento regulador, detalhando os parâmetros mínimos para a acessibilidade em edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos.

Apesar do arcabouço legal vigente, diversas universidades brasileiras ainda apresentam fragilidades estruturais quanto à acessibilidade. Essa situação é particularmente visível em edificações construídas antes da promulgação das normas atuais, que muitas vezes não passaram por adaptações adequadas. Nesse sentido, destaca-se a importância de auditorias técnicas que avaliem a conformidade dos espaços institucionais e identifiquem os principais pontos de inadequação.

Diante desse contexto, o presente trabalho teve como objetivo avaliar o nível de acessibilidade física de uma edificação localizada no campus sede da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), que abriga salas de professores, laboratórios, auditórios e setores administrativos. A pesquisa propõe a aplicação de um checklist técnico baseado nos critérios da ABNT NBR 9050/2020, aliado à coleta da percepção dos usuários do edifício, construindo um índice de acessibilidade que sintetize a conformidade normativa e a experiência cotidiana dos usuários, oferecendo subsídios para intervenções futuras.

2. FUNDAMENTAÇÃO CONCEITUAL E NORMATIVA

2.1 . Acessibilidade e Inclusão no Espaço Físico

No contexto universitário, trata-se de um componente crucial da política de inclusão, que visa assegurar igualdade de oportunidades a estudantes, servidores e visitantes com deficiência.

A concepção de ambientes acessíveis está relacionada ao Desenho Universal, que propõe espaços concebidos para atender à diversidade humana desde a sua origem, reduzindo a necessidade de adaptações posteriores [2]. Essa abordagem torna-se especialmente relevante em instituições de ensino, onde a diversidade de usuários exige soluções arquitetônicas e funcionais inclusivas.

2.2 Legislação e Normas Técnicas de Acessibilidade

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) – Lei nº 13.146/2015 – consolida o direito à acessibilidade em ambientes físicos, comunicacionais e atitudinais [3]. Complementando esse marco legal, o Decreto nº 10.098/2000 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida [4].

Do ponto de vista técnico, a Norma Brasileira (NBR), da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) 9050:2020 constitui a principal norma brasileira para acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos [1]. Ela detalha aspectos como:

- Dimensões mínimas de circulação e acesso;
- Inclinação e largura de rampas;
- Altura de comandos e sinalização tátil;
- Especificações para sanitários acessíveis; e,
- Critérios para escadas, corrimãos e elevadores.

A aplicação dessa Norma em instituições públicas é obrigatória, sendo utilizada como referência para auditorias e avaliações técnicas.

2.3 Acessibilidade em Ambientes Universitários

Pesquisas realizadas em diversas universidades brasileiras revelam que ainda persistem barreiras físicas nos campi, mesmo após a regulamentação das normas técnicas. Lamônica [5] analisou a acessibilidade de um campus de ensino superior e identificou muitas barreiras arquitetônicas aos parâmetros da NBR 9050.

A percepção subjetiva permite captar barreiras funcionais não evidenciadas em uma análise estritamente técnica, como dificuldades na utilização de sanitários, sinalização insuficiente ou obstáculos na circulação vertical.

2.4 Construção de Índices de Acessibilidade

A construção de indicadores quantitativos tem sido adotada como ferramenta de gestão e monitoramento da acessibilidade. Segundo TRZESNIAK [6], uma das mais importantes metas da busca do conhecimento é a obtenção de modelos. Assim, modelando com um índice de acessibilidade física é possível sintetizar os resultados das avaliações, facilitando a comunicação com gestores e subsidiando decisões estratégicas.

Esses índices são, geralmente, compostos por duas dimensões principais:

- **Índice Técnico:** calculado com base em um checklist normativo (com base na NBR 9050), atribuindo pesos a itens críticos (ex.: rampas e sanitários acessíveis) e gerando uma pontuação percentual de conformidade.
- **Índice de Percepção:** calculado a partir das respostas de usuários (professores, alunos e técnicos), usando escalas de Likert sobre itens como conforto, segurança e autonomia no uso do prédio.

A combinação dessas dimensões gera um índice final global, que pode variar de 0 a 100%, classificando o ambiente em faixas de acessibilidade (alta, média ou baixa).

3. METODOLOGIA

A metodologia adotada neste trabalho foi cuidadosamente estruturada para diagnosticar, de forma sistematizada, o nível de acessibilidade física de um prédio universitário de uso coletivo. A proposta articula procedimentos técnicos e percepções subjetivas por meio da aplicação de um checklist normativo e de um questionário eletrônico direcionado aos usuários do espaço.

A partir da integração dessas duas dimensões, avaliação técnica baseada nos parâmetros da ABNT NBR 9050:2020 e a percepção dos docentes, estudantes e servidores, buscou-se construir um índice sintético que represente o grau de acessibilidade do edifício analisado. Essa abordagem permite não apenas identificar pontos de não conformidade, mas também compreender os impactos reais dessas inadequações no cotidiano dos usuários.

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, descritiva e de abordagem quantiquantitativa. O caráter descritivo está associado à intenção de mapear o grau de conformidade do prédio com os parâmetros normativos de acessibilidade. A abordagem quantiquantitativa combina análise técnica (dados objetivos) com a percepção subjetiva dos usuários do espaço.

3.1 Local da Pesquisa

A pesquisa foi realizada em um edifício de quatro pavimentos localizado no campus sede da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), no município de Mossoró, estado brasileiro do Rio Grande do Norte (RN). A edificação em estudo abriga salas de professores, laboratórios, setores administrativos e auditórios, além de uma cantina e espaço de convivência, sendo de uso frequente por docentes, estudantes e técnicos administrativos.

3.2 Etapas Metodológicas

A metodologia foi estruturada em três etapas principais:

- Avaliação técnica com base em checklist construído a partir da ABNT NBR 9050:2020;
- Aplicação de questionário eletrônico aplicado aos usuários do prédio para mensurar a percepção sobre acessibilidade;
- Construção de um índice de acessibilidade, combinando os dados objetivos da auditoria com os dados subjetivos da percepção dos usuários.

3.3 Instrumentos de Coleta de Dados

3.3.1 Checklist técnico

O checklist foi desenvolvido com base nos principais critérios estabelecidos pela norma ABNT NBR 9050:2020, abrangendo itens como: acesso ao prédio, rota acessível interna, sanitários adaptados, sinalização tátil/visual, mobiliário, circulação vertical (escadas e elevadores), entre outros. Foram 40 itens que foram divididos em 9 categorias, de acordo com a tabela 1.

Cada item do checklist foi avaliado por observação direta e registro fotográfico, com três possíveis classificações:

☒ Conformidade Total.

☒ Conformidade Parcial.

☒ Não Conformidade.

Tabela 1 – Estrutura do Checklist Aplicado.

CATEGORIA	QTD. DE ÍTEMS
Rotas Externas	4
Estacionamento	4
Entrada do Prédio	5
Circulação Interna	7
Banheiros Acessíveis	8
Auditório	3
Laboratório 34	3
Sala dos Professores	2
Sinalização	4

A categoria laboratório 34 está representando todos os laboratórios e salas de aula do centro de engenharias, pois o layout é bastante semelhante, então a disposição dos itens foi considerada a mesma. Da mesma forma com a sala dos professores.

3.3.2 Questionário aos usuários

Foi elaborado um questionário eletrônico objetivo (APÊNDICE 1) aplicado aos usuários do prédio (docentes, técnicos administrativos e estudantes), visando captar a percepção de acessibilidade em relação aos mesmos critérios avaliados tecnicamente.

As perguntas foram estruturadas com escalas de concordância (Likert), onde a escala possuía 5 níveis de resposta, desde discordo totalmente, até concordo totalmente, e campos abertos para relatos complementares. A aplicação ocorreu de forma online, via Google Forms, onde o questionário foi divulgado e direcionado para os principais usuários, e ficou aberto por 15 dias, até o dia 05/07/2025. O objetivo foi compreender como eles vivenciam as barreiras arquitetônicas no cotidiano acadêmico e identificar se existe uma consciência crítica sobre as implicações da acessibilidade (ou sua ausência) na inclusão universitária.

3.4. Construção do Índice de Acessibilidade e fórmulas utilizadas

Para mensurar o nível de acessibilidade do prédio, foi construído um Índice de Acessibilidade Global (IAG), considerando duas dimensões:

- Índice Técnico de Conformidade (ITC): obtido pela pontuação do checklist normativo.
- Índice de Percepção dos Usuários (IPU): calculado a partir das médias das respostas do questionário.

Sendo assim, o Índice de Acessibilidade Global (IAG) que foi calculado de acordo com a Equação 1.

$$IAG = (0,6 \times ITC) + (0,4 \times IPU) \quad (1)$$

Com relação ao Índice Técnico de Conformidade (ITC), este foi obtido por meio da Equação 2 a seguir:

$$ITC = \frac{\text{soma dos pontos atribuídos}}{\text{número total de itens avaliados}} \times 100 \quad (2)$$

Já no que se refere ao Índice Perspectivo dos Usuários (IPU) foi obtido por meio da Equação 3 abaixo:

$$IPU = \frac{\text{média das notas}}{5} \times 100 \quad (3)$$

A tabela 2, mostra com os pesos, as informações para se obter o índice final.

Tabela 2 – Cálculo do Índice de Acessibilidade Global (IAG). (Autoria própria)

Componente	Fonte	Peso sugerido
Índice Técnico (ITC)	Resultado do checklist	60%
Índice de Percepção (IPU)	Média das respostas dos usuários	40%
Índice final (IAG)	$(0,6 \times ITC) + (0,4 \times IPU)$	100%

3.5 Limitações Metodológicas

Ressalta-se que a amostragem por conveniência, restrita aos usuários da edificação estudada no momento da pesquisa, pode não representar a totalidade dos frequentadores. Além disso, alguns critérios subjetivos podem influenciar a percepção dos participantes, sendo necessário considerar essa limitação na análise dos resultados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados obtidos por meio da auditoria técnica e da aplicação do questionário permitiu um diagnóstico abrangente da acessibilidade física do prédio universitário avaliado. Os resultados foram organizados em três frentes complementares: (1) avaliação técnica normativa, (2) percepção dos usuários e (3) construção do índice de acessibilidade.

4.1. Avaliação Técnica: Conformidades e Não Conformidades

A inspeção técnica realizada em junho deste ano, por meio do checklist estruturado com base na ABNT NBR 9050:2020 permitiu identificar pontos de conformidade, conformidade parcial e não conformidade nos diversos elementos que compõem a infraestrutura do prédio avaliado. A análise foi sistematizada em nove categorias técnicas: rotas externas, estacionamento, entrada do prédio, circulação interna, banheiros acessíveis, auditório, laboratório 34, sala de professores e sinalização.

A Figura 2 apresenta a consolidação dos resultados observados e os resultados estão dispostos em percentual de acordo com sua categoria.

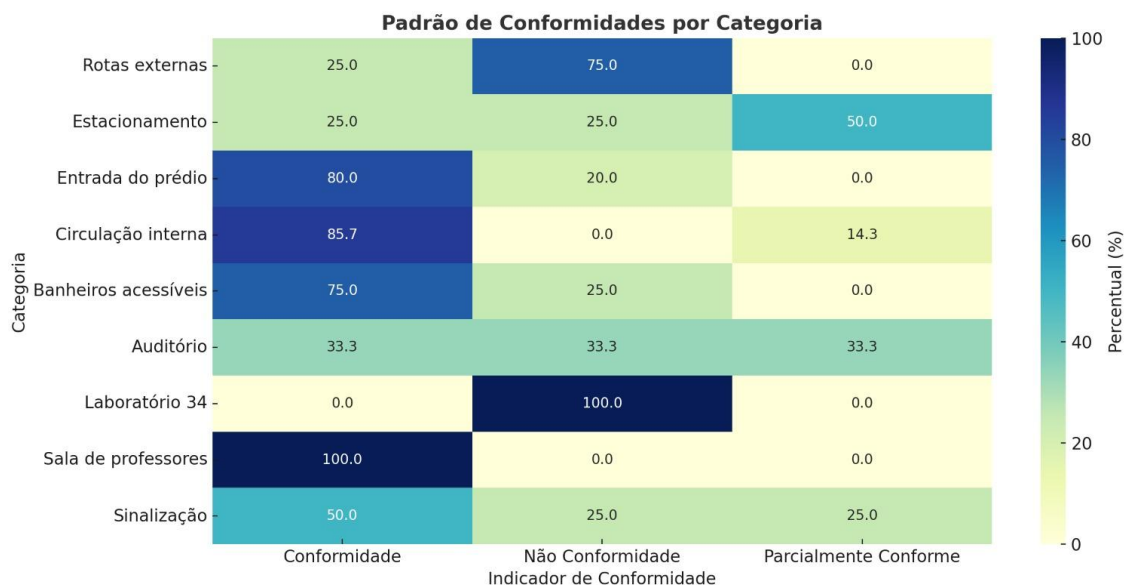


Figura 2 – Porcentagem de Conformidade Técnica segundo os itens da ABNT NBR 9050:2020. (Autoria própria).

As categorias que contêm mais não conformidades são as rotas externas e laboratório, com um percentual alto, evidenciando uma deficiência na acessibilidade nesses locais, com grande importância para o prédio. A ausência de rampas acessíveis nos acessos principais representa um obstáculo grave à mobilidade de pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida, contrariando diretamente o item 6.3.1 da NBR 9050/2020 que determina a obrigatoriedade de rotas acessíveis e rampas com inclinação adequada sempre que houver desníveis.

Outro ponto crítico diz respeito à sinalização tátil e visual, cuja ausência compromete severamente a orientação e segurança de pessoas com deficiência visual. A NBR 9050/2020, em seus itens 7.4 e 7.5, estabelece que todos os ambientes de uso coletivo devem conter sinalização acessível e contrastante, incluindo pisos táteis, mapas de orientação e sinalização em braille, especialmente em portas, elevadores e sanitários.

4.2. Registro Fotográfico das Não Conformidades

Com o objetivo de complementar os dados obtidos no checklist técnico, foram realizados registros fotográficos de áreas críticas do prédio analisado, evidenciando diversas não conformidades em relação à NBR 9050/2020. Essas imagens reforçam os resultados da avaliação normativa, permitindo uma leitura visual mais clara dos entraves à acessibilidade.

A Figura 3 mostra a calçada externa e a área de estacionamento do prédio, onde é possível observar ausência de faixa livre com piso regular para circulação de pessoas com deficiência (PCD), conforme estipulado pela norma (largura mínima de 1,20 m, sem obstáculos ou desníveis).



Figura 3. Calçadas externas sem largura necessária e com obstáculos (imagem NBR 9050/ foto autoria própria).

Na Figura 4, observa-se o interior de um dos laboratórios do prédio. Nota-se a inadequação na altura e disposição dos balcões, além da ausência de área de giro com diâmetro mínimo de 1,50 m exigido para manobras de cadeirantes. Os corredores entre bancadas também não atendem à largura mínima de 0,90 m (com recomendação de 1,20 m para áreas de circulação), comprometendo a usabilidade por pessoas com mobilidade reduzida.

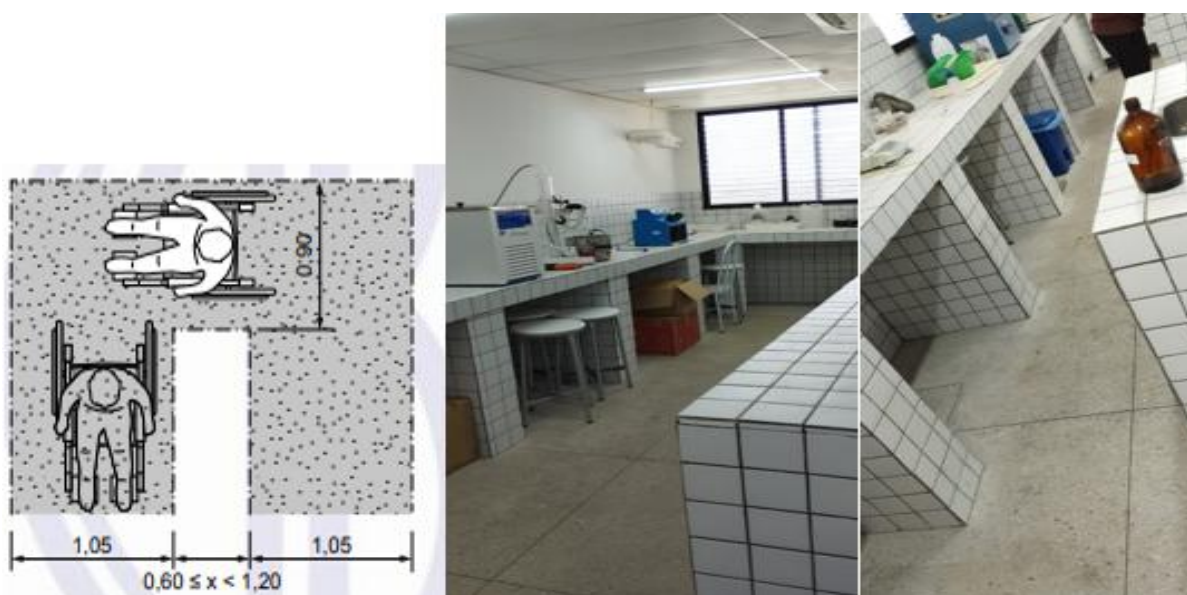


Figura 4. Layout do laboratório com barreiras de circulação (imagem NBR 9050/ foto autoria própria).

Já a Figura 5 evidencia o acesso externo do prédio, onde não há nenhuma faixa de pedestres acessível e piso de paralelepípedo sem nenhuma sinalização tátil direcional e de alerta.



Figura 5. Acesso externo sem faixa de pedestre elevada (imagem da NBR9050/ foto autoria própria).

Esses registros evidenciam que, mesmo em uma instituição pública de ensino superior, ainda existem falhas estruturais graves no cumprimento da legislação de acessibilidade, comprometendo o princípio de equidade no acesso ao espaço universitário. A comparação entre as imagens reais e os diagramas da norma evidencia com clareza os desvios existentes, justificando a necessidade de intervenções corretivas e readequações.

4.3. Percepção dos Usuários sobre a Acessibilidade do Prédio

A análise da percepção dos usuários foi realizada com base nas respostas ao questionário aplicado a docentes, técnicos administrativos e discentes que utilizam o prédio regularmente.

A amostra contou com 60 respondentes, que foi uma quantidade muito baixa, pois o prédio é frequentado por muitas pessoas, isso ressalta que as pessoas nem sempre se importam com a acessibilidade, por não se enquadrarem na situação. O perfil dos respondentes está distribuído conforme a Figura 6:

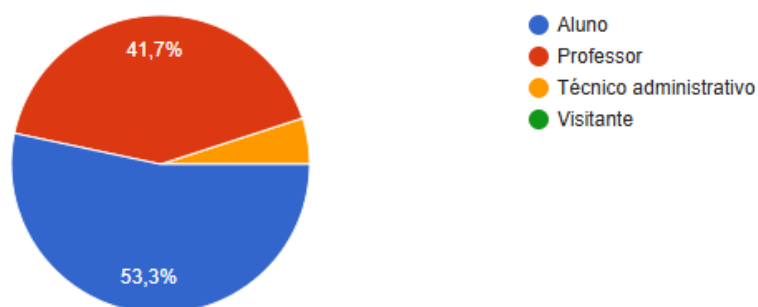


Figura 6. Perfil dos respondentes (Google Forms).

Entre os principais pontos, se destaca o fato de 45 dos 60 respondentes acharem que é fácil chegar até a entrada principal do prédio, como mostra a Figura 7, porém de acordo com o checklist, a categoria de rotas externas é a segunda com maior porcentagem de não conformidades. Uma possível causa desse conflito poderia ser atribuído ao fato de nenhum dos respondentes ter alguma limitação de mobilidade, e apenas 4 já ter possuído alguma limitação temporária, ou seja, não se colocar no lugar do outro que tem alguma limitação dificulta a execução da norma e cobrança por medidas corretas.

É fácil chegar até a entrada principal do prédio?

60 respostas

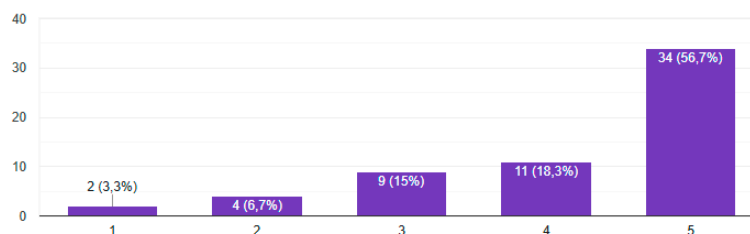


Figura 7. Pergunta 2.1 do questionário (google forms)

No questionário havia um campo para sugestões e relatos adicionais, apenas 7 respondentes deixaram um relato e 3 deles relataram sobre ter rampas de acessos entre os pavimentos. De acordo com a norma, a presença de um elevador acessível “anula” a necessidade de rampas entre os pavimentos, porém foi relatado que os elevadores constantemente estão com problema.

4.4. Índice de Acessibilidade Global: Técnica e Percepção

4.4.1 Estrutura do Índice

Para calcular o Índice de Acessibilidade Global (IAG), como foi visto na Equação 1, dois outros índices são necessários, o índice técnico de conformidade (ITC) e o índice perspectivos dos usuários (IPU), dessa forma, usando inicialmente a Equação 2, obteve-se o ITC, onde a pontuação do checklist ficou como 1 para itens conformes, 0,5 para itens parcialmente conformes e 0 para itens não conformes. A pontuação do checklist ficou então de acordo com a Tabela 3.

Tabela 3 – Pontuação do checklist (dados do checklist).

Itens	Quantidade	Pontuação
Conformes	23	23
Parcialmente conformes	5	2,5
Não conformes	12	0
Total	40	25,5

Sendo assim, de acordo com a Tabela 3, aplicando na Equação 2, tem-se:

$$ITC = \frac{\text{soma dos pontos atribuídos}}{\text{número total de itens avaliados}} \times 100$$

$$ITC = \frac{25,50}{40} \times 100$$

$$ITC = 63,45$$

Para calcular o Índice de Percepção dos Usuários (IPU), necessitou-se da média das notas dos respondentes, que foi calculada por planilha eletrônico do software Excel de acordo com os dados obtidos com o questionário. Usando a Equação 3, obteve-se:

$$IPU = \frac{\text{média das notas}}{5} \times 100$$

$$IPU = \frac{3,83}{5} \times 100$$

$$IPU = 76,60$$

Por fim, com o ITC e o IPU calculados, usou-se a Equação 1 para calcular o Índice de Acessibilidade Global (IAG), onde:

$$IAG = (0,6 \times ITC) + (0,4 \times IPU)$$

$$IAG = (0,6 \times 63,45) + (0,4 \times 76,60)$$

$$IAG = 68,71\%$$

A ponderação reflete o maior peso da avaliação técnica (conformidade normativa) sem desprezar a importância da percepção dos usuários como critério de justiça social e funcionalidade prática.

4.4.2. Classificação Interpretativa

Foi adotada a seguinte escala interpretativa para o índice final de acordo com a Tabela 4:

Tabela 4 – Escala do nível de acessibilidade.	
Faixa (%)	Nível de Acessibilidade
0% – 25%	Inacessível
26% – 50%	Baixa acessibilidade
51% – 75%	Acessibilidade moderada
76% – 100%	Acessibilidade satisfatória

O resultado obtido (IAG = 68,68%) indica um nível de **acessibilidade moderada**, indicando que a universidade deve fazer intervenções para tornar a acessibilidade satisfatória no prédio.

4.5 Propostas de Melhoria para Acessibilidade do Prédio Avaliado

Com base nos resultados obtidos na auditoria técnica e na percepção dos usuários realizados com a presente pesquisa, foi possível identificar os principais pontos críticos que comprometem a acessibilidade do prédio analisado. A seguir, são apresentadas propostas de intervenção organizadas pelas mesmas categorias do checklist, priorizando soluções viáveis, alinhadas à ABNT NBR 9050:2020, ao Decreto nº 10.098/2019 e à Lei Brasileira de Inclusão (LBI – Lei nº 13.146/2015) [1,3].

Rotas externas:

- Inserir piso tátil direcional e de alerta, e faixa de pedestre elevada e com piso tátil.

Estacionamento:

- Aumentar a largura das vagas reservadas, já que o espaço para estacionamento é bem grande, e inserir piso tátil e de alerta.

Entrada do prédio:

- Inserir corrimãos na rampa de entrada do prédio.

Circulação interna:

- Inserir uma rampa de acesso ao bicicletário.

Banheiros acessíveis:

- Incluir um lavatório com altura adequada.

Auditório:

- Vagas reservadas para pessoas com deficiência e obesos e desobstruir a rampa de acesso da frente.

Laboratório:

- Inserir sinalizações táteis e visuais.

Sinalização:

- Pintar as portas com outra cor, para dar um contraste com a parede.

Além das intervenções estruturais, sugere-se também a Criação de uma Comissão Permanente de Acessibilidade na UFERSA, com participação de usuários, técnicos e representantes da comunidade acadêmica, a qual seria uma melhoria considerada para a acessibilidade do prédio.

Essas propostas visam aumentar a pontuação do checklist, para que o Índice de Acessibilidade Global aumente, mudando o nível de acessibilidade para satisfatória, garantindo o direito constitucional à igualdade de condições para o exercício da cidadania, reforçando o papel da universidade como ambiente acessível, inclusivo e promotor

da diversidade. Além disso, a adoção progressiva dessas melhorias contribui para o cumprimento de dispositivos legais e evita futuras responsabilizações institucionais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação técnica revelou diversas não conformidades normativas, especialmente nos itens relacionados a rotas externas e laboratórios. Ao mesmo tempo, os resultados do questionário aplicado a professores, técnicos administrativos e usuários indicaram acima da média, com relatos de insatisfação com os elevadores.

O **Índice de Acessibilidade Global (IAG)** calculado, com valor próximo de **69%**, aponta para um **nível de acessibilidade moderada**, evidenciando que, embora existam várias não conformidades, o conjunto das infraestruturas não foi o pior nível de acessibilidade.

As **propostas de melhoria** apresentadas abrangem desde intervenções estruturais simples (inserir sinalizações táteis e visuais e incluir lavatório adequado), até ações institucionais (como a criação de uma Comissão permanente de acessibilidade). Essas medidas são fundamentais para consolidar um ambiente universitário verdadeiramente inclusivo, conforme a **Lei Brasileira de Inclusão (LBI)** e os princípios do **Desenho Universal**.

Em termos metodológicos, a construção de um índice que articula **auditoria técnica e percepção dos usuários** mostrou-se eficaz, podendo ser replicada em outras unidades da universidade ou em instituições que busquem implementar políticas de acessibilidade com base em evidências concretas. Se esse prédio que é mais recente, diante da norma está com falhas, imagina os mais antigos.

Espera-se que este estudo contribua para o debate sobre inclusão nas instituições federais de ensino superior e sirva de subsídio técnico para decisões de planejamento, alocação de recursos e elaboração de políticas de acessibilidade.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] ABNT. NBR 9050:2020 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/391/2020/08/ABNT-NBR-9050-.pdf/>. Acesso em: 27 de maio. 2025
- [2] CAMBIAGHI, Silvana. Desenho universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas. 2º ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011. p 1-285.
- [3] BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência, Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm/. Acesso em: 27 de maio. 2025
- [4] BRASIL. Decreto nº 10.098, de 20 de dezembro de 2019. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, Brasília, DF, 20 dez. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm/. Acesso em: 27 de maio. 2025
- [5] LAMÔNICA, Dionísia Aparecida Cusin et al. Acessibilidade em ambiente universitário: identificação de barreiras arquitetônicas no campus da USP de Bauru. Revista brasileira de educação especial, v. 14, p. 177-188, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbee/a/fWJhMVt7ZyxDRSHy33DDgHC/?format=pdf&lang=pt/>. Acesso em: 7 de junho. 2025
- [6] TRZESNIAK, Piotr. Indicadores quantitativos: reflexões que antecedem seu estabelecimento. Ciência da Informação, v. 27, p. nd-nd, 1998. [8] RODRIGUES, J. F. et al. Construção de um índice de acessibilidade em ambiente universitário. Anais da ANPET, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/dZ9NgMXxn34hXg8B7RDh7JS/?format=pdf&lang=pt/>. Acesso em: 07 de junho. 2025

7. APÊNDICE

7.1 Apêndice 1

Questionário – Avaliação da Acessibilidade Física do Prédio da UFERSA

Prezado(a) participante,

Este questionário tem como objetivo avaliar a percepção dos usuários sobre as condições de acessibilidade física

de um dos prédios da UFERSA. As informações coletadas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos. A participação é voluntária e as respostas são anônimas.

1. Perfil do Respondente

1.1. Qual seu vínculo com a universidade?

- ☐ Aluno ☐ Professor ☐ Técnico-administrativo ☐ Visitante

1.2. Com que frequência você utiliza este prédio?

- ☐ Diariamente ☐ Algumas vezes por semana ☐ Esporadicamente ☐ Primeira vez

1.3. Você possui alguma limitação de mobilidade?

- ☐ Sim ☐ Não ☐ Prefiro não responder

2. Acesso ao Prédio

2.1. É fácil chegar até a entrada principal do prédio.

2.2. Existem rampas ou acessos adequados desde a calçada até o prédio.

2.3. As calçadas e caminhos externos são seguros, bem conservados e acessíveis.

2.4. As vagas de estacionamento para pessoas com deficiência são visíveis, próximas e utilizáveis.

Comentário opcional: _____

3. Circulação Interna

3.1. Os corredores permitem fácil circulação mesmo em horários de pico.

3.2. As portas têm largura adequada para passagem de pessoas com mobilidade reduzida.

3.3. As salas de aula, laboratórios e auditórios são acessíveis a todos.

3.4. Há sinalização visual clara para identificação dos ambientes.

Comentário opcional: _____

4. Deslocamento entre Pavimentos

1. 4.1. As escadas são seguras, com corrimãos e sinalização adequada.

2. 4.2. O(s) elevador(es) estão funcionando e são acessíveis.

3. 4.3. É possível se deslocar entre os andares com autonomia e segurança.

Comentário opcional: _____

5. Sanitários Acessíveis

5.1. Existem sanitários adaptados disponíveis no prédio.

5.2. O acesso a esses sanitários é fácil e desobstruído.

5.3. O espaço interno é suficiente para manobras com cadeira de rodas.

5.4. Os equipamentos (barras de apoio, lavatórios, espelhos) estão posicionados de forma acessível.

Comentário opcional: _____

6. Percepção Geral

6.1. Sinto que este prédio respeita as necessidades de acessibilidade de seus usuários.

6.2. Me sinto seguro(a) e autônomo(a) ao me deslocar dentro deste prédio.

6.3. A acessibilidade é considerada nas reformas e manutenções do prédio.

Comentário opcional: _____

7. Sugestões ou relatos adicionais

Se desejar, deixe aqui sua sugestão ou relato sobre situações vivenciadas relacionadas à acessibilidade neste prédio:

Escala de Respostas

1 – Discordo totalmente

2 – Discordo parcialmente

3 – Neutro

4 – Concordo parcialmente

5 – Concordo totalmente